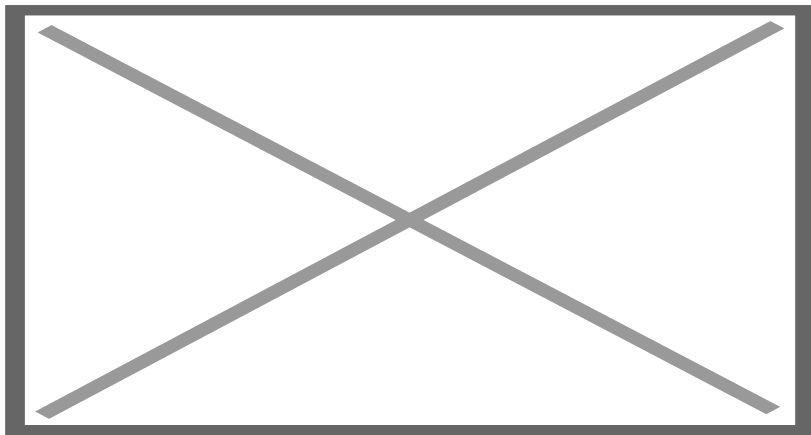


Depois do Carnaval da Tuiuti, a pirotecnia da intervenção de Temer | Margarida Salomão

23/02/2018



Essa conexão já foi feita por muitos: a ligação entre as manifestações críticas no Carnaval e o anúncio de Temer, no sábado de cinzas, desencadeando situação inédita na vigência da Constituição de 88. A relação é, entretanto, grávida de tantas possibilidades que ela merece ser retomada nesse pequeno texto. Em primeiro lugar, o Carnaval de 18 vai ser conhecido como o Carnaval da Tuiuti. Claro que manifestações políticas contra o governo recorreram por todo o Brasil e, inclusive, na própria Sapucaí. Fora Temer virou o grito deste Carnaval. Mas foi o brilhantismo do desfile da Tuiuti que representou de modo mais contundente o recado do morro: a narrativa do golpe de 16 veio articulada com a injustiça originária da escravidão mal abolida, persistente e agravada pela agenda atual das anti-reformas.

A Tuiuti furou a bolha da Globo que teve que apresentar os patos, os manifestoches, as carteiras de trabalho brandidas como alegorias, o Vampirão Neoliberalista, tudo contextualizado pela comissão de frente de negros escravizados e torturados por seus feitores. 7 a 1 no quesito comunicação. Uma lição a ser aprendida por todos nós na resistência democrática.

O diferencial semiológico da Tuiuti foi o uso clarividente de um processo cognitivo conhecido como *blending** (ou mesclagens, como o chamamos em Português) que extrai elementos de diferentes domínios do sentido e num insight revelador (em imagens, em palavras, qualquer recurso semiótico) nos faz rever o que antes sabíamos para descobrir o que não sabíamos. Neologismos como manifestoches ou neotumbeiros ilustram à maravilha esse processo.

A coreografia dos patos marionetes junta a FIESP, o PIG e os militantes manipulados da classe média branca com uma efetividade expressiva que nenhum discurso analítico será capaz de replicar.

Sob ponto de vista mais elaborado, a escola desfilou a tese de Jessé Souza* da persistência visceral da escravidão na estrutura de classes da sociedade brasileira, relendo lucidamente Gilberto Freire e Florestan Fernandes. E desfila ao som de um samba-enredo magnífico, entoado por linda voz feminina, remanescente de tantas vozes de mulheres negras, de Billie Holliday a Alaide Costa, que construíram nossa corrente sensibilidade musical.

Essa a estética. Agora vamos à política.

O que aconteceu no Carnaval do Rio e que despertou os gatos angorás de sua autocomplacência foi que as “classes perigosas” sambaram suas “ideias perigosas”. Curiosamente o Carnaval ofereceu a melhor oportunidade para essa expressão.

André Singer*, outro brilhante investigador de nossa vida social, atualiza a categoria marxista de “fração de classe” para descrever a emergência do “lulismo”, essa estranha materialização da “inclusão social dentro da ordem”, que fidelizou largos setores das classes populares brasileiras. Refere-se Singer a essa multidão de trabalhadores domésticos, biscateiros, trabalhadores por conta própria ou nos serviços, pessoas que não fazem política na institucionalidade nem dos sindicatos nem dos movimentos; e que acreditavam, segundo Renato Meirelles e Celso Athayde*, que as melhorias ocorridas nas suas vidas deviam-se a seus esforços pessoais e à proteção de Deus.

Pois essas pessoas já são as grandes perdedoras com o golpe. Levantamento divulgado pela CUT em 20/02/2018 mostra que 95% dos trabalhadores e trabalhadoras desempregados há mais de um ano pertencem às chamadas classes C/D/E. 54% dessas pessoas estudou até o ensino médio e 58% tem filhos menores de 18%. Maioria são mulheres (59%), com média de idade de 34 anos.

A enorme vantagem de Lula nas pesquisas de intenção de voto e o Carnaval-denúncia da Sapucaí (e do Brasil inteiro) são filhos do mesmo desconforto. Manifestam uma compreensão da injustiça que ofende o povo e, pior, no caso da Tuiuti, contempla a história e a persistência desta injustiça.

Pois a reação governista diante destes sinais de vida foi de uma originalidade a toda prova: na base do porrete. Domingo sai a Tuiuti. No sábado, o anúncio da intervenção na segurança do Rio de Janeiro. Os tanques subindo o morro podem reduzir o medo da “classe média consolidada” mas não melhoram a segurança de ninguém. Ainda menos das pessoas que vivem nas comunidades, nos antigos “territórios pacificados” e sempre em guerra.

Há forte consenso entre os especialistas de que o decreto de intervenção é pura pirotecnia.

Em primeiro lugar, as diversas intervenções feitas com as Forças Armadas no Rio, ao longo das últimas três décadas, além de serem imensamente caras, geram apenas efeitos temporários. Um processo “espanta-barata” nas palavras contundentes da professora Jaqueline Muniz, especialista na área de segurança pública. Em segundo lugar, não há elementos objetivos que justificassem a escolha do Rio para este “experimento”. Num levantamento realizado pelo IPEA o Rio não está sequer entre as trinta cidades mais violentas do país.

Outro consenso forte é que o combate ao crime organizado exige, sim, uma política nacional: integrando as polícias estaduais, investindo em inteligência, capacitando tecnicamente as forças policiais e investindo nelas; o oposto do que se faz quando se reduz o orçamento da segurança, como ocorre este ano, sob a égide da EC 95, a chamada PEC da morte. Portanto não é chamando o exército que vamos compensar as fragilidades do sistema nacional de segurança, que apresenta, como uma de suas vulnerabilidades mais críticas, o sistema prisional.

Ainda mais ambiciosamente, impossível combater o crime organizado sem uma inquirição dentro do próprio aparelho do estado e no complexo amazônico da lavagem de dinheiro. Roberto Saviano (Zero Zero Zero) dixit.

Ao não considerar todos estes aspectos, o propalado combate ao crime organizado é só um factóide.

Mas, então, porque “chamar o exército” na ressaca da crítica carnavalizada? Ora, nas palavras do próprio Moreira Franco, “aqui não tem amador”. No agravamento da deslegitimação revelada agora pela alma do povão, os “profissionais” não tiveram dúvida: eleger um novo inimigo nacional, agora que a corrupção anda tão desmoralizada.

Assim trocamos a demoníaca pauta da Previdência, derrotada em prosa e verso, pela sereia da segurança pessoal, familiar, patrimonial.

Segurança, que é como a moralidade, profundamente seletiva: não inclui por exemplo a segurança das crianças, cujas mochilas são revistadas diante da escola. Aplica-se aos outros, que é necessário proteger daqueles contra quem se erige histórica e hereditariamente a injustiça.

Enfrentamos, assim, o desdobrar do golpe. Em patamar mais perigoso, já que reintroduz os militares ao primeiro plano da cena pública. Mas com a coragem que nos inspira a lição do samba:

Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti o quilombo da favela
É sentinela da libertação

*O texto por excelência sobre blendings é o livro *The way we think*, de Giles Fauconnier e Mark Turner, publicado pela Basic Books, de New York, em 2002.

*Souza, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à LavaJato*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/LeYa. 2017.

*Meirelles, Renato e Celso Athayde. *Um país chamado Favela*. São Paulo: Editora Gente. 2014.

*Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

*Saviano, Roberto. *Zero Zero Zero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Margarida Salomão é deputada federal
Artigo publicado originalmente em Mídia Ninja